

Of. nº 380/GP.

Paço dos Açorianos, 21 de maio de 2008.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Colenda Câmara, o presente Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, para financiamento do Reassentamento da Vila Nazaré e Urbanização da Vila Protásio Alves.

O presente Projeto de Lei visa a contratação de financiamento pelo Município de Porto Alegre, junto à Caixa Econômica Federal, através do Programa Pró-Moradia, a fim de poder adquirir áreas para reassentamento da Vila Nazaré, implantação de infraestrutura e construção de unidades habitacionais. Alcança, também, o implemento de infraestrutura e construção de unidades habitacionais da Vila Protásio Alves.

O valor total do investimento alcança R\$ 52.631.578,94 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), sendo que, R\$ 33.554.512,81 (trinta e três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e doze reais e oitenta e um centavos) são destinados a Vila Nazaré e R\$ 19.077.066,13 (dezenove milhões, setenta e sete mil, sessenta e seis reais e treze centavos) para a Vila Protásio Alves.

O valor total do financiamento é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo que, R\$ 31.876.787,17 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos) para Vila Nazaré e R\$ 18.123.212,83 (dezoito milhões, centos e vinte e três mil, duzentos e doze reais e oitenta e três centavos) para a Vila Protásio Alves.

A Sua Excelência, o Vereador Sebastião Melo,
Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A contrapartida da Prefeitura Municipal de Porto Alegre é de R\$ 1.677.725,64 (um milhão, seiscentos e setenta e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), atinentes à Vila Nazaré e R\$ 953.853,30 (novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos) para a Vila Protásio Alves, totalizando R\$ 2.631.578,94 (dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Estima-se que 1.200 (mil e duzentas) famílias serão beneficiadas na Vila Nazaré e 800 (oitocentas) famílias na Vila Protásio Alves. Serão adquiridas áreas, implementada infra-estrutura, bem como construção de unidades habitacionais que servirão de moradia para 2.000 (duas mil) famílias.

A efetivação de tal política pública, embasada na presente contratação, implicará investimento na melhoria da qualidade de vida de pessoas que se encontram em situação de exclusão social, ocasionando uma melhoria na condição de vida, com maior dignidade de humana.

A urbanização e a regularização dos assentamentos precários, integrarão as famílias beneficiárias no contexto social da cidade.

Na expectativa de que o presente Projeto de Lei seja analisado e votado por essa Colenda Câmara, renovo-lhe votos de consideração.

Atenciosamente,

José Fogaça,
Prefeito.

PROJETO DE LEI

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, para financiamento do Reassentamento da Vila Nazaré e Urbanização da Vila Protásio Alves.

Art. 1º Fica o Poder executivo Municipal autorizado a contratar, com a Caixa Econômica Federal – CEF, operação de crédito no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), destinado a Aquisição de Áreas, Infra-Estrutura e Construção de Unidades Habitacionais da Vila Nazaré, bem como implantação de Infra-Estrutura e Construção de Unidades Habitacionais da Vila Protásio Alves.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia da operação de crédito que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, parcelas de quotas-partes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM ou outros recursos com idêntica finalidade que venham a substituí-lo, no valor correspondente ao das prestações do principal e acessórios, durante a vigência do contrato de financiamento, até a liquidação de todas as obrigações decorrentes do mesmo.

Art. 3º Na hipótese de insuficiência dos recursos cedidos nos termos do artigo 2º, vincular, mediante prévia aceitação da CEF, outros recursos para assegurar o integral pagamento das obrigações contratualmente assumidas.

Art. 4º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, notadamente no que dispõe a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal, bem como as condições de financiamento do Programa Pró-Moradia.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal de Porto Alegre, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de contratação da operação de crédito autorizada por esta Lei, cópia dos respectivos instrumentos contratuais.

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, em qualquer época, os créditos adicionais destinados à aplicação dos recursos de que trata esta Lei, inclusive os valores necessários ao atendimento da contrapartida do Município de Porto Alegre, de modo a integralizar o valor total do Projeto de até R\$ 52.631.578,94 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Art. 7º Dos orçamentos subsequêntes constarão as dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, inclusive os da contrapartida do Município de Porto Alegre.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE,

José Fogaça,
Prefeito.